



**Modelos de ação bélica na *Crônica de D. Duarte de Meneses* –
Texto, Contexto e Representação**
**Models of Warfare in the *Chronicle of D. Duarte de Meneses* – Text,
Context and Representation**

André Luiz BERTOLI¹

Resumo: Neste artigo apresenta-se uma pesquisa preliminar sobre a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, escrita por Gomes Eanes de Zurara entre 1464 e 1468. Assim, foi realizado um estudo de vários capítulos da crônica, especialmente os capítulos 44 (Riiij) e 154 (CLiiij), que expõem os valores guerreiros e as virtudes cristãs que definiam os modelos cavaleirescos da nobreza lusitana. Os capítulos selecionados contam casos exemplares através dos quais Zurara destaca dentre muitas outras atitudes bélicas que faziam parte da relação do homem medieval com a guerra: a obediência ao capitão versus a realização de proezas cavaleirescas. Nesta crônica, Gomes Eanes de Zurara definiu um ideal cavaleiresco adaptado às necessidades da expansão portuguesa para o Norte da África durante o século XV, ideal que, por sua vez, serviria como modelo para toda a nobreza portuguesa em África.

Abstract: In this paper I shall present some preliminary research on the *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, wrote by Gomes Eanes de Zurara between 1464 and 1468. I will make a closer study of several chapters in the chronicle, especially chapter 44 (Riiij) and chapter 154 (CLiiij), which expound the warrior values and Christian virtues that defined the chivalric profiles of the Lusitanian nobility. The chapters selected retell exemplary deeds through which Zurara highlighted among many other types of warlike attitudes that were part of the whole relationship of medieval man to war: the obedience to the captain versus the execution of chivalric prowess. In this chronicle Gomes Eanes de Zurara tried to define an ideal of chivalry adapted to the needs of the Portuguese expansion in North Africa during the fifteenth century, which, in turn, would serve as a model for all the Portuguese warrior nobility in Africa.

¹ Doutorando em História Medieval pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL); Investigador Integrado do Instituto de Estudos Medievais (IEM/FCSH-UNL) e Membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED/UFPR); Bolsista de Doutorado (SFRH/BD/77667/2011) da Fundação de Ciência e Tecnologia, Portugal. E-mail: andrelbertoli@gmail.com



MALLORQUÍ-RUSCALLEDA, Enric (coord.). *Mirabilia 15 (2012/2)*
As Emoções no Mediterrâneo Antigo e do início da era moderna
Las emociones en el Mediterráneo antiguo y en el inicio de la era moderna
Emotions in Pre- & Early Modern Mediterranean

Jun-Dez 2012/ISSN 1676-5818

Palavras-chave: Crônica – Guerra – Modelos de ação bélica – Portugal – Norte da África.

Keywords: Chronicle – War – Models of warlike action – Portugal – North Africa.

Recebido em 17.08.2012

Aceito em 21.09.2012

Num contexto em que a guerra era marcada pelo embate entre os cristãos e os muçulmanos, atos de bravura, covardia, violência e clemência estavam presentes na narrativa de um cronista que buscava legitimar a conquista no norte da África. Assim, era importante a construção e representação de modelos ideais e contra-modelos de ação bélica. Neste sentido, fez-se uma breve apreciação sobre a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*,² obra escrita por Gomes Eanes de Zurara entre 1464-1468.

De início aborda-se o contexto e o espaço tratado pela crônica e, a seguir, são fornecidos alguns elementos sobre o autor e o texto. A partir de então, o trabalho centrar-se-á na análise de alguns capítulos da obra, dos quais se destacam o capítulo 44 (Riiij) e o capítulo 154 (CLiiij), em que se sobressaem os valores guerreiros e as virtudes cristãs que definiam os perfis cavaleirescos da nobreza lusitana. Estes capítulos foram selecionados porque neles se recontam dois casos exemplares, através dos quais Zurara põe em evidência outros tantos tipos de atitudes bélicas que atravessaram toda a relação do homem medieval com a guerra: a obediência ao capitão versus a realização de proezas cavaleirescas.

Quer um quer outro, porém, não o faz de forma simples, uma vez que entram em cena outras variantes, conferindo "realidade" ao recorte literário. No primeiro, o capitão incentiva a realização de um combate individual temerário pelo seu meio-irmão, de modo a que ele ganhe fama; no segundo, acomoda-se, contrariado e fatalista, mas leal, ao pedido do seu rei para a realização de um ataque perigoso, mesmo sabendo que isso poderia custar-lhe a vida.

² GOMES EANES DE ZURARA. *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição Diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 1978.



Assim, neste artigo, destacam-se os arquétipos definidos para os guerreiros portugueses que deveriam agir no norte da África. O que se constrói, no conjunto dos episódios destacados, são modelos de ação bélica: ora o guerreiro que, independente dos riscos, segue as ordens de seu capitão ou rei; ora o capitão que, convertido na figura de líder exemplar numa praça norte-africana ameaçada, enfrenta todas as adversidades mantendo a prudência; ora, ainda, a figura do cavaleiro aguerrido e obstinado, o “novo cruzado”, representado pelo próprio rei D. Afonso V.

I. Portugal no norte da África, século XV

A ascensão da dinastia de Avis em Portugal (1385) é marcada pela dialética continuidade/mudança.³ Continuidade através da manutenção da tradicional estrutura social do reino, marcada pelo senhorialismo; mudança por que num primeiro momento a política régia buscou balancear sua base de apoio, atraindo a nobreza ascendente e as municipalidades. Todavia, a pressão exercida sobre a Coroa por diversos grupos não esmoreceu, alternando conforme os interesses das facções nobiliárquicas.

Assim, inserida num contexto conturbado, a expansão para o norte da África dependia muito mais da soma de interesses dominantes do que de um planejamento prévio da Coroa.⁴ Ainda antes da década de 1430, os interesses divergentes dos nobres lusos em torno da guerra contra os “infiéis” na Península Ibérica ou no Marrocos já eram notados na documentação portuguesa, inclusive nos capítulos 6, 8, 9, 10, 11, 20, 21 e 22, do *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*.⁵

No início do século XV, a expansão marítima foi uma das estratégias utilizadas para a afirmação portuguesa frente às pretensões de Castela sobre os territórios em África e ilhas no Atlântico. Além disso, esta expansão também foi uma política bélica de muitas faces, pois incidia sobre os interesses do rei,

³ FERNANDES, Fátima R. “A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa”. In.: *Revista de estudos Ibero Americanos*. Ed. Especial Brasil 500 anos. Porto Alegre: PUC/RS, 2000, p. 119; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. *Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)*. Tese de doutoramento apresentada junto ao Programa de Doutorado em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005, p. 9.

⁴ THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 1994, p. 205.

⁵ D. DUARTE. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.



MALLORQUÍ-RUSCALLEDA, Enric (coord.). *Mirabilia 15 (2012/2)*
As Emoções no Mediterrâneo Antigo e do início da era moderna
Las emociones en el Mediterráneo antiguo y en el inicio de la era moderna
Emotions in Pre- & Early Modern Mediterranean

Jun-Dez 2012/ISSN 1676-5818

da nobreza, do clero e do Terceiro Estado.⁶ Nos seus moldes, não era uma ação militar completamente nova, mas era diferente das anteriores, pois, mesmo que os grandes senhores tivessem suas forças militares e certa autonomia, eles deviam seguir as diretrizes da Coroa.⁷ Sob as ordens daquela, as antigas práticas portuguesas na guerra contra o muçulmano predominavam, sendo constantes os extermínios, os resgates e os saques.⁸

Desta maneira, esse movimento guerreiro acarretou numa renovação das relações régio-nobiliárquicas, pois, com certos limites, a Coroa conseguiu acentuar a dependência da nobreza em relação ao favor régio.⁹ A guerra e as mercês foram estratégias necessárias à nova dinastia, Avis, para conquistar sua base de sustentação,¹⁰ pois, ao lutarem pelo rei, os nobres esperavam ser agraciados com doações e privilégios. Assim, as conquistas em África ofereceram o lugar e as condições de ascensão social à nobreza,¹¹ bem como uma via de escape capaz de aliviar as tensões no reino.

A guerra dos portugueses contra os mouros no Magreb era considerada justa e santa, pois buscava recuperar as antigas terras da cristandade. O modelo de guerra justa passava por elementos apresentados por Santo Agostinho e, séculos depois, delineados por São Tomás de Aquino como um conflito por motivo legítimo e justo, mas sem promessas transcendentais.¹² Já a “guerra

⁶ THOMAZ, Luís Filipe F. R. *Op. cit.*, 1994, p. 60.

⁷ GUIMARÃES, Marcella Lopes. “A ensinança de evitar o Pecado na prosa de D. João I e D. Duarte”. In.: *Revista de História da UPIIS*. Vol. 1. Brasília: União Pioneira de Integração Social, 2005, p. 35.

⁸ COELHO, António Borges. “Capítulo 4 – Os argonautas portugueses e o seu Velo de Ouro”. In.: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª Ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 94-95.

⁹ FARINHA, António Dias. *Os portugueses em Marrocos*. Coleção Lazúli. Instituto Camões, 1999, p. 27-28; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. *Op. cit.*, 2005, p. 88; ORTA, Daniel Augusto Arpelau. *Escrita, poder e glória: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionista no noroeste africano (c. 1385-1464)*. Monografia apresentada junto ao Curso de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007, p. 71.

¹⁰ MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 137; OLIVAL, Fernanda. “The Military Orders and the Nobility in Portugal, 1500-1800”. In.: *Mediterranean Studies*, XI, 2002, p. 75.

¹¹ ORTA, Daniel Augusto Arpelau. *Op. cit.*, 2007, p. 71.

¹² FLORI, Jean. *A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras, 2005, p. 133; PIMENTEL, Maria do Rosário. “A expansão ultramarina e a lógica da guerra justa”. In.: MENESES, Avelino de Freitas de (coord.) & COSTA, João Paulo Oliveira e



santa”, posteriormente ligada ao conceito de Cruzada, era prerrogativa da Igreja declará-la contra quem não reconhecesse à autoridade papal.¹³ “Por este viés, a guerra contra o infiel assumia, em simultâneo, uma feição religiosa e política”,¹⁴ legitimando ações jurídicas, políticas e militares na guerra contra o mouro. Neste sentido, António Dias Farinha notou que

A afirmação dos valores religiosos na gesta marroquina autorizou a reivindicação da prioridade portuguesa na reconquista de África, subalternizando Castela; Portugal ganhava os privilégios, benefícios e rendimentos que a Igreja pacientemente criara para estímulo da cruzada; inspirava a emissão de valiosas bulas; obtinha o alargamento dos direitos do Padroado; e ficava ainda o recurso ao papa quando fosse necessário tomar uma opção difícil, como a do abandono de Ceuta, em 1437.¹⁵

Com a morte de D. João I, D. Duarte reinou brevemente (1433-1438). Foi em seu reinado que ocorreu a travessia do Cabo Bojador (1434) e o desastroso ataque à Tânger (1437). Em 1438, o rei D. Duarte faleceu e seu herdeiro, D. Afonso V (1432-1481), ainda não podia governar devido à sua pouca idade. Com isso, formaram-se duas facções, que por um breve período dividiram o poder. Mas, cerca de 1440, a balança pesou a favor do infante D. Pedro, que se fez único regente em detrimento da rainha D. Leonor, mantendo este cargo até D. Afonso V assumir a chefia do reino.

Após o ataque contra Tânger em 1437, os partidários da guerra contra os mouros – dentre os quais figurava o infante D. Henrique – viram-se impossibilitados de conquistar mais praças mouriscas. Assim, a partir de 1441, os portugueses renovaram as viagens para o sul do Bojador. Em busca de apoio à regência, em 1443, D. Pedro concedeu o monopólio das rotas marítimas conhecidas em favor de seu irmão D. Henrique.

É a partir deste ano que o infante D. Henrique promoveu a colonização dos arquipélagos de Madeira e Açores e, em 1448, o mesmo infante ordenou aos navegantes que iam para a costa da África a se limitarem ao comércio, o que

(coord.). *O reino, as ilhas e o mar-oceano*. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos. Porto Delgado/Lisboa: Universidade dos Açores/CHAM, 2007, p. 301.

¹³ FLORI, Jean. *Op. cit.*, 2005, p. 135.

¹⁴ PIMENTEL, Maria do Rosário. *Op. cit.*, 2007, p. 301.

¹⁵ FARINHA, António Dias. *Op. cit.*, 1999, p. 27-28.



nem sempre foi cumprido. Esse incremento das viagens para o sul não minimizou, contudo, o empenho de alguns nobres na guerra aos muçulmanos.

No fim da década de 1440, o regente D. Pedro confronta-se com inúmeras dificuldades. Cada vez mais isolado por grande parte da nobreza, sem apoio das municipalidades e perdendo a confiança do rei, D. Pedro acaba por ser afastado da regência e da Corte quando D. Afonso V assume o governo em 1448. Este, ao assumir o trono, voltou-se para o grupo que posteriormente seria a principal base de seu poder. Esta facção era formada pelas principais casas da nobreza terratenente de Portugal, ou seja, o grupo liderado por D. Afonso, duque de Bragança.

Incitado principalmente pelo duque de Bragança, o rei marchou contra o ex-regente – seu tio e sogro, pois o rei era casado com Isabel de Coimbra –, vencendo-o na batalha de Alfarrobeira a 20 de Maio de 1449. A morte e o abandono do corpo de D. Pedro após a luta tiveram más conseqüências, aumentando as tensões sociais e os conflitos internos e, ainda, criando mal-estar na cristandade.¹⁶

Controlada, ou contornada, a instabilidade, D. Afonso V concentrou-se na luta contra os muçulmanos. Em 1453 dá-se a queda de Constantinopla e, em 1456, o papa Calisto III proclama uma cruzada, idéia bem acolhida por D. Afonso V. Frustrada esta “missão”, o rei português retoma as campanhas de África, conquistando Alcácer Ceguer (1458), Anafé (1464), Arzila (1471) e, com a tomada desta praça, Tânger e Larache foram abandonadas pelos mouros e ocupadas pelos lusitanos. No entanto, se por um lado estas empresas bélicas favoreceram parte da nobreza guerreira agraciada pelo rei, por outro, elas geraram um grande déficit financeiro e escoaram homens e mantimentos para a guerra. Por isso, mesmo na época de D. Afonso V, o *Africano*, havia fidalgos que contestaram esse modelo de expansão.¹⁷

Já as viagens para o sul, até 1460 organizadas pelo infante D. Henrique, não tiveram imediata continuidade após a morte daquele. Para estimulá-las, em 1468, o rei D. Afonso V concedeu o monopólio do comércio na Guiné por cinco anos à Fernão Gomes, com a condição deste descobrir anualmente 100

¹⁶ MORENO, Humberto Baquero. “Balanço de um século no Portugal anterior ao encontro do Brasil”. In.: *Arquipélago - História*. 2 série, V, 2001, p. 554.

¹⁷ *Idem*.



léguas de costa, o que, em 1471, levaria até São Jorge da Mina.¹⁸ Nesta localidade, foi descoberto um rico comércio de ouro, o que minorou o déficit das finanças portuguesas e permitiu um empenho maior na manutenção das praças conquistadas. Graças aos rendimentos provindos deste ouro, posteriormente, os reis de Portugal puderam realizar uma política mais acentuada de centralização do poder, o que também daria fôlego para ser posto em prática um projeto expansionista pré-definido e com horizontes mais vastos que a África.¹⁹

II. Gomes Eanes de Zurara e a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*

Marcella Lopes Guimarães considera os textos produzidos e encomendados pelos monarcas avisinos como, “códices medievalizantes que persistem quiçá para responder às aspirações da velha nobreza e para educar a nova, de raiz secundogênita”.²⁰ Assim, ao usar a pena, os letrados rememoravam e justificavam o exercício do poder régio e, também, o uso da espada pelos nobres.²¹

Gomes Eanes de Zurara nasceu cerca de 1410 e morreu em 1473 ou 1474. Cerca de 1440, ele acabou tendo acesso à corte por conta de sua proximidade a Fernão Lopes e Mateus de Pisano – humanista italiano que foi preceptor de D. Afonso V.²² Em 1449, num contexto marcado por conflitos internos, Zurara recebeu uma encomenda do monarca D. Afonso V e começou a escrever sua primeira crônica. Em 1451 ele foi nomeado guarda-conservador da Livraria Real e, em 1454, substituiu Fernão Lopes (1385-1459) como guarda-mor da Torre do Tombo e cronista régio. Zurara também foi

¹⁸ COSTA, João Paulo Oliveira e. “D. Afonso V e o Atlântico, a base do projecto expansionista de D. João II”. In.: *Mare Liberum*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Número 17, Junho de 1999, p. 57-58.

¹⁹ *Ibid.*, p. 40-41 e 70-71.

²⁰ GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Op. cit.*, 2005, p. 25.

²¹ Ver os gráficos sobre a representação da guerra nas crônicas em: GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei – “Decifra-me e te devoro”*. Tese de doutoramento apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004, p. 269-271.

²² SERRÃO, Joaquim V. *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*. 1ª Ed. Lisboa: ICP/CEIC/MEIC, 1977, p. 38-39.



MALLORQUÍ-RUSCALLEDA, Enric (coord.). *Mirabilia 15* (2012/2)
As Emoções no Mediterrâneo Antigo e do início da era moderna
Las emociones en el Mediterráneo antiguo y en el inicio de la era moderna
Emotions in Pre- & Early Modern Mediterranean

Jun-Dez 2012/ISSN 1676-5818

beneficiado com outros títulos, sendo feito, a pedido de D. Afonso V, cavaleiro e comendador da Ordem de Cristo por D. Henrique – governador desta ordem militar de 1420 até 1460 –, além de ser cavaleiro da Casa do próprio rei D. Afonso V, mesmo não tendo seu nome inscrito entre os moradores do paço do rei.²³ A antiga pobreza de Zurara e os benefícios régios que recebera foram destacados em sua obra: “[...] ca se todos uossos naturaes som theudos e obrigados de o compryr e guardar eu muyto mais cujas migalhas me criaram. e os beneficios aleuntarom do poo em que nacy.”²⁴

Mesmo tendo continuado o trabalho de Lopes como cronista do reino, Zurara divergiu daquele nos objetivos de suas narrativas.²⁵ É perceptível em suas obras a atenção dada à nobreza e aos seus “feitos heróicos”, já que D. Afonso V queria ver escrito os feitos de seu avô, pai, tio (D. João I, D. Duarte e D. Henrique) e dos grandes nobres do reino. Acredito que Zurara, fiel ao rei e seus desígnios e, também, devido às exigências do fazer cronístico de seu contexto, acabou por apagar a participação da “arraia-miúda” de Fernão Lopes e minimizar a ação de nobres que deveriam ser esquecidos, ou postos nas sombras, como o infante D. Pedro e seus seguidores.

Tanto Zurara como Lopes escreveram tendo uma base ideológica e diretriz pré-definida pelos interesses régio-nobiliárquicos, que, mesmo próximas, eram distintas devido aos diferentes interesses e contextos em que – e sobre os quais – escreveram.²⁶ Sua situação condiz com a definição apontada por Marcella L. Guimarães – com base no conceito de Jacques Verger²⁷ –, para a qual os cronistas Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara eram *homens de saber*, pois, vinculados à Corte, eles faziam parte do seletto grupo empenhado na produção de conhecimento.²⁸

²³ QUEIRÓS, Silvio de Galvão. “*Pera Espelho de Todollos Uinos*” – *A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta*. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997, p. 60 e 62.

²⁴ GOMES EANES DE ZURARA. *Op. cit.*, 1978, Capítulo I, p. 46.

²⁵ KING, Larry. “Introdução. Gomes Eanes de Zurara e a sua Crônica do Conde Dom Duarte de Meneses”. In.: GOMES EANES DE ZURARA. *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição Diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 1978, p. 25.

²⁶ *Ibid.*, p. 27.

²⁷ VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Bauru: EDUSC, 1999 apud GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Op. cit.*, 2004.

²⁸ GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Op. cit.*, 2004, p. 45.



As construções e representações da sociedade, nobreza e realeza portuguesa refletiam os interesses da nova dinastia reinante, Avis. Assim, na opinião de Daniel Orta, diferente de Fernão Lopes que escreveu sobre reis e para reis, Gomes Eanes de Zurara escreveu sobre a nobreza, incluindo a família real, sob a proteção e a pedido do rei, pois “[...] a inserção dos homens nestes textos não apenas significava sua heirocização, mas a possibilidade de outros de sua linhagem adquirir benefícios e terem um exemplo a seguir”.²⁹ A memória relatada ou omitida nas crônicas era importante para a relação de benesses e prejuízos que poderiam alcançar os nobres, como se nota na carta que D. Afonso V enviou à Zurara.

Muytos são os que se dão ao exercício das armas: e muy poucos ao estudo da arte oratorya, Assim que poys vos soys nesta arte asaz insinado: e a natureza vos deu grão parte della: com muyta rezaõ eu e os principaes de meus reynos e capitães deuem dauer a mercê que vos seja feyta por bem empregada. Muytos certo vos são obrigados porque ajnda que os feytos de cepta sejaõ asaz de resentes depouys que eu vi a coronica que vos delles escreuestes: a muytos fiz onrra e mercê com melhor vontade por ser certo dalguns boons feytos que la fizeraõ por seruiço de Deos e dos Reys meus antecessores e meu, e a outros por serem filhos daquelles que laa assim bem seruiam do que eu não era antes então com/prido conhecimento, e creio que naõ menos sera aos que depouys de min [sic] vierem quando virem ho que aueys descreuer dos feytos de Alcacer, e se alguns merecem gloria por yrem a esta terra por seruierem a Deos e a mim e fazerem de suas onrras: vos asaz soys de louuar que com desejo descreuer a uerdade do que eles fizeraõ vos desposestes a leuar o trabalho que eles soportaraõ.³⁰

Além dos benefícios distribuídos aos “merecedores”, também havia a intenção de exaltar e disseminar um perfil nobiliárquico guerreiro. Silvio Queirós chamou atenção ao caráter “pedagógico” dos textos de Zurara, que utilizou imagens cavaleirescas em sua descrição dos membros da casa real como um recurso adicional para reforçar o poder daqueles.³¹ Logo, tanto Lopes como Zurara representavam a mentalidade e o modelo de cronista medieval, centrando-se nas narrativas de conflitos internos, guerras e modelos de comportamento.

²⁹ ORTA, Daniel Augusto Arpelau. *Op. cit.*, 2007, p. 67.

³⁰ GOMES EANES DE ZURARA. *Op. cit.*, 1978, p. 42-43.

³¹ QUEIRÓS, Silvio de Galvão. *Op. cit.*, 1997, p. 196.



Gomes Eanes de Zurara compôs quatro obras: a *Crônica da Tomada de Ceuta* (1449-1450); a *Crônica de Guiné* (1452-1454); a *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, texto composto entre 1458-1464 que narra os feitos do capitão de Ceuta entre 1415-1437; e a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, obra relativa ao capitão de Alcácer Ceguer a partir de 1458 até 1464, tendo sido escrita entre 1464-1468. Todas com fortíssimo caráter senhorial, exaltando as ações dos cavaleiros portugueses que ajudaram a consolidar o domínio luso em algumas praças africanas.

As duas últimas crônicas de Zurara narram, de certa forma, a “saga de uma família” no norte da África. Nestas obras, pai e filho destacam-se como fidalgos, cavaleiros e vassalos que lutaram por seu rei e pela cristandade.³² Assim, podem ser consideradas “crônicas particulares”³³ que estão na linha da glorificação cavaleiresca e senhorial.³⁴ Autorizadas e encomendadas pelo rei D. Afonso V, o intuito delas era exaltar os personagens principais no exercício da cavalaria e da guerra, construindo exemplos de fidalgos e guerreiros fiéis ao rei, que, de certa forma, serviriam de modelo à nobreza portuguesa.³⁵

Na economia dos textos protagonizados pelos Meneses, sobressaem feitos bélicos de ambos fronteiros, já falecidos na altura de suas redações. Essas narrativas são marcadas por diversos cercos e descercos de Ceuta e Alcácer Ceguer, além de ataques e cavalgadas contra outras vilas e cidades fortificadas dos mouros. Estas duas crônicas, juntamente com as duas primeiras obras de Zurara, contribuíram com a “cronística oficial” do reinado de D. Afonso V,³⁶ na qual se destaca o projeto de conquista portuguesa no norte da África e o exercício e triunfo da cavalaria cristã sobre os inimigos da cristandade. Portanto, ao ser cronista dos nobres, enaltecendo-os, Zurara também foi cronista do rei que os tinha em sujeição.

³² GOMES, R. Costa. “Zurara, Gomes Eanes de”. In.: LANCIANI, Giulia (coord. e org.) & TAVANI, Giuseppe (coord. e org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, p. 687-688.

³³ BROCARD, Maria Teresa. “Introdução”. In.: GOMES EANES DE ZURARA. *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997, p. 10.

³⁴ KRUS, Luís. “Crônica”. In.: LANCIANI, Giulia (coord. e org.) & TAVANI, Giuseppe (coord. e org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, p. 174.

³⁵ *Idem*.

³⁶ *Idem*.



Das “fontes” utilizadas como base para os relatos de Gomes Eanes de Zurara, destacam-se os testemunhos orais e os documentos oficiais. O uso conjunto destes possibilitou ao cronista atingir uma “verdade” de acordo com os interesses régios.³⁷ Para complementar sua narrativa da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Zurara teve autorização do rei D. Afonso V para ir à África e permanecer em Ceuta e Alcácer Ceguer desde Agosto de 1467 até o fim do Verão de 1468,³⁸ levantando informações sobre o local, sua geografia, gentes, condições de vida e ouvindo seus testemunhos para escrever com maior autoridade e “veracidade” aquela obra. Segundo Larry King,

O estilo e o conteúdo da crônica não reflectem a dependência das fontes eruditas que prevalece nos seus primeiros trabalhos. A autenticidade histórica da obra não é prejudicada por qualquer falta de conhecimento, dado que Zurara se aventurou a África para coligir informes directos de parentes do Conde D. Duarte e de diversos mouros e cristãos sobreviventes das guerras. Tematicamente, a crônica retrata com brilho a ideologia da expansão ultramarina, aderindo expressamente a uma perspectiva de propaganda, característica dos escritos oficiais.³⁹

Isto foi facilitado pela contemporaneidade da história que o cronista havia de relatar. Pela preocupação do cronista com a “verdade” e, também, pelo uso de diferentes fontes, a exemplo da opinião de Maria Teresa Brocardo sobre a *Crónica do Conde D. Pedro*,⁴⁰ pode-se definir a *Crónica do Conde D. Duarte* como um texto de caráter histórico. Todavia, a “verdade” de Zurara deve ser questionada, pois, em todas as suas obras, a verdade foi construída de acordo com os interesses de um projeto régio-nobiliárquico.

Portanto, as obras de Zurara fazem parte de um “projeto” de escrita para legitimar o poder régio e de parte da nobreza, bem como justificar suas ações. Este projeto está explícito nas três crônicas marroquinas que, por vezes, têm extensões de textos em comum. Esta trilogia marroquina⁴¹ – *Crónica da Tomada de Ceuta*, a *Crónica de D. Pedro de Meneses* e a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* – narra os “feitos” lusitanos no norte da África, desde a conquista de Ceuta, em 1415, até pouco depois da morte do Conde D. Duarte de Meneses, em

³⁷ BROCARD, Maria Teresa. *Op. cit.*, 1997, p. 11.

³⁸ GOMES EANES DE ZURARA. *Op. cit.*, 1978, p. 43; KING, Larry. *Op. cit.*, 1978, p. 29.

³⁹ KING, Larry. *Op. cit.*, 1978, p. 38.

⁴⁰ BROCARD, Maria Teresa. *Op. cit.*, 1997, p. 11.

⁴¹ KING, Larry. *Op. cit.*, 1978, p. 38; BROCARD, Maria Teresa. *Op. cit.*, 1997, p. 14 e 20.



1464. Juntamente com a *Crónica da Guiné*, estas obras tratam das conquistas no norte até as viagens e curso pelas costas ao sul. Desta forma, o espaço da ação narrada pelo cronista era um “entre-lugar”,⁴² pois, ao mesmo tempo em que era cronista régio, também foi o primeiro cronista da expansão marítima, adicionando diferentes espaços à narração.

III. A representação do guerreiro cristão a partir das ações dos fronteiros

Para a análise dos capítulos em destaque, utilizar-se-á a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, edição Diplomática de Larry King. O manuscrito transcrito para produzir esta edição foi o 520, o mais antigo disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sendo, possivelmente, do final do século XV.⁴³ Originalmente a *Crónica de D. Duarte de Meneses* continha 156 capítulos, mas nos manuscritos conservados faltam 38 capítulos inteiros e 21 estão incompletos. Ou seja, restam 97 capítulos completos que podem ser divididos em três partes: o prólogo; a ação de D. Duarte junto ao seu pai, o conde D. Pedro; e a narrativa dos embates contra os mouros no norte da África desde 1437 até 1464.⁴⁴ Ao longo da crônica, Zurara não deixa claro o ano dos eventos, mas, pelas referências do que acontecia em Portugal e pela passagem das estações, tem-se como traçar uma datação carente de grande rigor.

Antes de analisar os principais capítulos propostos, o 44 (Riiij) e o 154 (CLiiij), será feita uma breve leitura da carta de D. Afonso V para Zurara e dos quatro primeiros capítulos desta crônica. De fato, a carta enviada por D. Afonso V a Gomes Eanes de Zurara enquanto este estava em Alcácer Ceguer é de grande importância. A partir desta, além de se perceber a intenção e objetivos de Zurara em sua ida à Alcácer Ceguer – “ordenando e ajuntando” informações sobre as ações de D. Duarte ao serviço do rei⁴⁵ –, ainda se nota o valor que D. Afonso V dava à escrita, principalmente aquela que tratava das “histórias” de grandes “heróis”, reis e senhores.

...não he sem rezaõ que os homens que tem vosso cargo sejaõ de prezar e honrrar e. que depoyz daquelles príncipes ou capitães que fazem os feytos

⁴² MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaios de Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Palas Editores Ltda, 1998, p. 21.

⁴³ KING, Larry. *Op. cit.*, 1978, p. 38.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 29.

⁴⁵ GOMES EANES DE ZURARA. *Op. cit.*, 1978, p. 41.



MALLORQUÍ-RUSCALLEDA, Enric (coord.). *Mirabilia 15 (2012/2)*
As Emoções no Mediterrâneo Antigo e do início da era moderna
Las emociones en el Mediterráneo antiguo y en el inicio de la era moderna
Emotions in Pre- & Early Modern Mediterranean

Jun-Dez 2012/ISSN 1676-5818

dinos de memória: aquelles que depòys de seus dias os escreuerao muyto louuor merecem. Bemaumenturado (dezia Alexandre) que era Archiles por que tiuera oMero por seu escriptor. Que fora dos feytos de Roma se Tito liuiu os não escreuera! Quinto cursio os feytos de Alexandre! OMero de Troya! Lucano os de Cesar! e assim outros. Muytas cousas estes fizeraõ: as quaes não são tão dinas de memoria quanto são doçes de ouujr, e leer pelo boom estilo em que foraõ escriptas.⁴⁶

Neste trecho a importância da escrita para a memória dos homens e dos seus “feitos” é evidente, pois, no medievo, a escrita era uma das formas de legitimar aqueles que eram “dignos” das mercês e benesses decorrentes das ações realizadas ao seu serviço dos reis.

Já a importância dos quatro primeiros capítulos no contexto deste trabalho, é que neles está explicitado como o cronista Gomes Eanes de Zurara procedeu à redação. O valor dado pelo cronista ao testemunho oral dos envolvidos nas peijas contra os mouros, a maneira como viviam no norte da África e o contato com o espaço onde ocorreram os fatos narrados, são aspectos percebidos a partir do segundo capítulo da crônica. Devido a essa percepção e a insistência junto ao rei para permitir sua ida para o além-mar, Zurara conseguiu permanecer um período naquelas terras, onde obteve informações para a escrita de sua segunda crônica sobre os Meneses.

...Entendy que me conuijnha passar em aquellas partes de africa por duas rezõoes. huma por que naquella Villa dalcacer eram moradores assy os adaijs e almocadeens e escuitas e outra gente do campo que foram os principaaes meos per que se as cousas ordenarom e fezerom. sem cuja ordedura se minha estorea nom podya ordenar nem teer. como outra gente que tijnha uida ordenada naquella frontarya. os quaes como continuamente andauam naquelle officio seryam em melhor lembrança dos feitos que os cortesaãos. cujo sentido como som no regno há mais datender a outras partes. E a outra por que me pareceo que me conuijnha auer boom conhecymto per uista de todas aquellas comarcas per que as nossas Jentes// andarom pelleiando com seus Jmijgos. Pera saber como eram asseentadas. e o modo que os mouros tijnham em pelleiar. E isso meesmo a maneyra per que os nossos entrauam antre elles. e como auyam suas pelleias. e a audacya que os contrayros tijnham em se defender.⁴⁷

⁴⁶ *Ibid.*, p. 42-43.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 47.



Como era praxe no fazer cronístico medieval, no capítulo 3 (ii) o cronista exalta a linhagem da qual descendia D. Duarte,⁴⁸ destacando o lado paterno, que atrelava seus ancestrais a realeza castelhana e a alta nobreza portuguesa. Quanto ao lado materno, Gomes Eanes de Zurara foi sucinto ao se referir à mãe do personagem principal de sua última crônica, porém, Adriano Fernandes, apoiado na pesquisa de Braamcamp Freire,⁴⁹ afirma que a mãe de D. Duarte de Meneses era Isabel Rodriguez, mulher solteira que servia na casa de D. Pedro de Meneses, o que ficou indicado na carta de legitimação de D. Duarte datada de 15 de março de 1424.⁵⁰

Neste mesmo capítulo, Zurara também descreve o caráter, as virtudes e o físico do conde D. Duarte, apontando-o como um homem destinado ao uso das armas “nos feitos da caullarya”, de grande autoridade e senhorio, devoto a Deus e a sua lei – “E assy foy sempre ajudado do ajudoyro deuyнал. ca de quantas pelleias ouue com os contrayros sempre sayu com uitoreia sem nunca seer uencido.” –, justo, honrado e fiel. Este filho ilegítimo, mas reconhecido pelo conde D. Pedro de Meneses, cresceu num ambiente marcado pelas hostilidades constantes frente aos mouros, pois desde pequeno foi morar com seu pai e suas irmãs legítimas em Ceuta. Isso é atestado por Zurara no quarto capítulo da *Crónica do Conde D. Duarte*,⁵¹ quando o cronista busca aproximar pai e filho em sua construção narrativa. Criado próximo à D. Pedro, supostamente D. Duarte teve como exemplo o caráter e comportamento de seu pai, marcado por um gênio belicoso, mas prudente, no qual D. Duarte espelhou-se.

III.1. O combate singular – honra e glória de Rodrigo Afonso

O capítulo 44⁵² foi selecionado pelo fato deste representar claramente a dicotomia entre o cristão e o muçulmano, e, também, porque neste capítulo o cronista expõe um ideal ancestral do comportamento guerreiro que ainda permeava a nobreza e a cavalaria tardo-medieval. Zurara narra um combate

⁴⁸ *Ibid.*, p. 49-51.

⁴⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp (1901). *Crítica e História. Estudos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, 10.

⁵⁰ FERNANDES, Adriano. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses de Gomes Eanes de Zurara [texto policopiado]: Estudo histórico cultural e edição semidiplomática*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007, p. 214.

⁵¹ GOMES EANES DE ZURARA. *Op. cit.*, 1978, p. 51-55.

⁵² *Ibid.*, p. 136-137.



singular, único nesta obra, com cada guerreiro representando um dos lados das forças que em breve se enfrentariam. O guerreiro cristão neste combate era Rodrigo Afonso, escudeiro do rei D. Afonso V e irmão de D. Duarte de Meneses pelo lado materno. Gomes Eanes de Zurara o apresenta no capítulo 42 (Rij), da seguinte maneira: “[...] E porem [D. Duarte] fez chamar Rodrigo affonso scudeyro delRey que era filho de sua madre. homem ardido e bem acordado nos perigoos [...]”⁵³

Dentre os personagens citados por Gomes Eanes de Zurara em sua obra – com exceção dos três reis (D. João I, D. Duarte e D. Afonso V), de dois infantes (D. Henrique e D. Fernando, respectivamente tio e irmão de D. Afonso V), de três gerações de Meneses (D. Pedro, D. Duarte e D. Henrique) e do cunhado de D. Duarte (D. Fernando de Noronha, que aparece 17 vezes, mas tem somente três aparições como combatente) – há dois portugueses que se destacam acima de vários fidalgos e cavaleiros no que se trata de situações de conflito. Sobressaem-se Pero Borges e o já citado Rodrigo Afonso, cada um com 16 aparições, sendo todas elas em ocasiões bélicas. Ambos aparecem como homens de confiança para realizar ações ousadas, principalmente Rodrigo Afonso, que normalmente as lidera na ausência de um fidalgo. A seguir são indicados os momentos das ações de Rodrigo Afonso na narrativa: [63v] p. 131, [64r] pp. 131-132, [64v] pp. 132-133, [67r] p. 136, [67v] p. 137, [68r] p. 137, [78v] p. 154, [79r] pp. 154-155, [79v] pp. 155-156, [80r] p. 156, [141r] p. 246, [145r] p. 251, [147r] p. 254, [147v] p. 255, [170v] p. 287 e [175r] pp. 290-291.⁵⁴

Rodrigo Afonso e Pero Borges são dois personagens que, ao longo do texto de Zurara, agiram em diferentes momentos no Norte da África, lutando sob as ordens de D. Duarte de Meneses e seu filho D. Henrique contra o muçulmano e qualquer outra ameaça à manutenção das praças portuguesas. Portanto, pode-se apontar Rodrigo Afonso como um coadjuvante “especial” nas ações bélicas de seu meio-irmão D. Duarte e o filho D. Henrique, aparecendo na narrativa de Zurara sempre disposto a seguir as ordens de seus superiores e realizar os “feitos” de honra e coragem para o qual era destacado.

Obviamente, deve-se interrogar sobre a veracidade do capítulo 44. A pergunta torna-se menos premente se considerarmos que, mesmo havendo um fato real

⁵³ *Ibid.*, p. 131.

⁵⁴ GOMES EANES DE ZURARA. *Op. cit.*, 1978.



por trás no contexto deste tipo de crônica, ele seria sempre reinterpretado em função de estratégias narrativas que, neste caso, visam exaltar o guerreiro cristão, talvez até exagerando a grandiosidade do “feito”. Vale destacar que Zurara não indica sua fonte sobre o episódio narrado. Tanto nos capítulos anteriores, como no próprio e nos posteriores, não se encontram nenhum indício se este acontecimento foi relatado à Zurara por uma testemunha ou se foi encontrado pelo cronista em alguma fonte escrita. Ao menos este fato pode ser situado temporalmente, pois é datado no ano da conquista de Alcácer Ceguer pelos portugueses, em 1458, “[...] passados treze dyas daquelle mês de nouembro quando elRey de feez chegou sobre a uilla dalcacer [...]”.⁵⁵

O cronista começa por chamar atenção – e por que não dizer, extrapolar – para o tamanho da força militar que acompanhava o rei de Fez no cerco à Alcácer, o que tornaria o triunfo português mais honrado e glorioso, como se nota neste trecho: “[...] foy dito per alguuns daquelles mouros e elches que se lançaram na uilla que uijnham mais de vijnte mil mouros de cauallo afora os que elRey trazya consigo moradores da terra que eram tantos que com trabalho se podyam contar [...]”.⁵⁶ Uma força supostamente tão grande que enfrentou e foi debelada por menos de dois mil homens na defesa de Alcácer. Claro que os leitores da crônica devem arrazoar os números expostos por Zurara.

Além do número da força adversária, deve-se, sobretudo, pensar na conformação daquela grande hoste. Zurara destaca a nobreza dos 42 capitães, entre Marins e Alcaides, que lideravam os vários grupos dependentes do rei de Fez. Todavia, eles não iam acompanhados somente de nobres e cavaleiros muçulmanos. Portanto, é necessário refletir quem eram aquelas pessoas, pois, provavelmente, não eram todos combatentes. Christopher Allmand e Miguel Martins são alguns dos historiadores que afirmaram que na Idade Média toda a população, mesmo quem não tomasse parte direta no conflito, era envolvida pela guerra.⁵⁷ Deste modo, toda a sociedade era, ao mesmo tempo, suporte

⁵⁵ *Ibid.*, p. 136.

⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ ALLMAND, Christopher. “War and the non-combatant in the middle ages”. In.: KEEN, Maurice H. (Ed.). *Medieval Warfare – a History*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 254; MARTINS, Miguel Gomes. *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor João Gouveia Monteiro. Coimbra, 2007, p. 755.



militar e alvo do inimigo, pois qualquer um poderia contribuir na cadeia de organização da guerra, visto que agricultores, criadores, mercadores, armeiros, carpinteiros, etc., eram aqueles que proviam as forças militares de suas necessidades logísticas e financeiras,⁵⁸ sendo esta a razão para atacar e anular os não combatentes e seus bens.⁵⁹

As referências da fonte dão a impressão de que a ação do conjunto da população em atividades bélicas não teve grande destaque. Isto, porém, não condizia com a realidade. Nesta obra, como em outras crônicas medievais, destacam-se a valorização do individual ou de pequenos grupos, da cavalaria e não da peonagem. Contudo, como bem observado por Allmand e Martins, muitos dos homens presentes numa situação de conflito deveriam ser camponeses que traziam os mantimentos, enquanto outros eram trabalhadores necessários para levantar um cerco e construir os aparatos para mantê-lo e, ainda, não se pode esquecer os “excluídos” que acompanhavam uma campanha militar em busca de algum proveito – prostitutas, ladrões e todos os tipos de pessoas marginalizadas e condenadas em suas terras.

Obviamente que nas fileiras portuguesas havia degredados e, em Alcácer, havia não combatentes, mas, por estarem cercados por um inimigo numericamente superior, todos deveriam lutar pelas suas próprias vidas, pois o inimigo, caso entrasse em Alcácer, não distinguiria entre combatentes e não combatentes.⁶⁰ Entretanto, o que o cronista destaca como pano de fundo não é a luta dos sitiados pela própria vida, mas, acima de tudo, a luta contra o “infiel” ao “serviço de Deus” e do rei de Portugal.

A partir de agora, o foco será a análise do combate singular. No início do cerco muçulmano à Alcácer Ceguer, conforme a narração de Gomes Eanes de Zurara, um mouro se aproximou sozinho das defesas daquela vila, buscando, nas palavras do autor, “[...] se auanteiar antre os outros mostrando que / quanto se mais chegaua aos perigoos da uilla tanto querya receber mayor uallor ou per uentura trazya determinado offerecer sy meesmo por sacrificyo

⁵⁸ *Ibid.*, p. 261-263; *Ibid.*, p. 755 e 777.

⁵⁹ MARTINS, Miguel Gomes. *Op. cit.*, 2007, p. 777.

⁶⁰ Sobre a violência e possíveis resultados dos cercos medievais, conferir: MONTEIRO, João Gouveia. *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Notícias Editorial, 1998, p. 368; O'CALLAGHAN, Joseph F. *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004, p. 135-140; MARTINS, Miguel Gomes. *Op. cit.*, 2007, p. 643-644.



aaquelle princepe cujas flamas de fogo allumyam as treeuas do jnferno.”⁶¹ Um inimigo em busca da honra que, cheio de coragem, mas completamente imprudente, resolveu desafiar os defensores portugueses daquela fortificação. O fato daquele inimigo ser corajoso não impediu o cronista de equipará-lo literalmente a um dos servidores do Diabo, pois ele era o “infel” que representava o oposto do cristão, aquele que, pelas palavras do narrador, entregaria sua alma ao demônio num sacrifício de sangue.

Desta maneira, os mouros eram representados por Zurara como mais suscetíveis às paixões e à tentação da glória e fama próprias, demonstrando demasiada coragem e confiança em nome de um “falso profeta”, o que os levou a agir imprudentemente e subestimar o valor do inimigo cristão. Por outro lado, na representação construída pelo cronista, os portugueses liderados por D. Duarte de Meneses agiam com coragem e prudência, apoiados na sua Fé e na lealdade ao seu senhor.

A reação cristã foi rápida, pois, na narrativa, o capitão compreendeu que se aquele ousado inimigo não fosse castigado, a inação portuguesa incentivaria outros a antecipar e arriscar uma aproximação mais temerária das muralhas. A ordem do capitão para o escudeiro Rodrigo Afonso foi que prendesse ou matasse aquele mouro. O cronista afirma que o escudeiro, de uma linhagem menos destacada, aceitou prontamente aquela ordem, como se segue:

Ledamente recebeo Rodrigo affonso o mandado de seu capitam por que aallem do uallor que por elle recebya e acrecetamento que em elle fezera. o escudeyro de ssy meesmo auya coraçom e uontade de cobrar uallor nom lhe ficando por conhecer que taaes encarregos eram dados a elle a fim de o fazer estremar antre os outros de mayor linhagem que elle ca muytos aas uezes perdem as cousas per mingua dos aazos...⁶²

Sabemos que a vitória em combate aumentaria a honra da linhagem e o valor do guerreiro; por outro lado, se fosse derrotado ou morto, ao menos sua família poderia cobrar “o valor” de sua morte e honra ao rei, através do “[...] reconhecimento dos efeitos legais do ‘martírio’, passando pelas remunerações fixas e pelas compensações de diversa ordem, nomeadamente por feridas

⁶¹ GOMES EANES DE ZURARA. *Op. cit.*, 1978, p. 137.

⁶² *Idem.*



físicas”.⁶³ Além disso, a partir do conhecimento das práticas guerreiras daquele contexto, se não aceitasse a ordem do capitão, Rodrigo Afonso ficaria numa situação desonrosa que o desqualificaria dentro da pequena nobreza guerreira a que pertencia, pois ele estaria indo contra os tão exaltados valores guerreiros da honra, fortaleza, coragem, lealdade e obediência, o que poderia refletir inclusive sobre sua futura geração. Entretanto, de maneira alguma o cronista iria desconstruir a imagem da fidalguia e cavalaria portuguesa que ele já havia construído em suas obras anteriores, visto que demonstrar a habilidade guerreira nos campos de guerra ou em combates singulares era o que realmente importava e definia o grau de honra de um cavaleiro, ou aspirante a cavaleiro.⁶⁴

Para completar a percepção em torno deste “feito” tão complexo, sabe-se que numa situação de guerra, principalmente num cerco medieval, qualquer ato de intimidação pela violência poderia fazer a diferença na moral dos inimigos.⁶⁵ A prática de lançar combatentes individuais antes da ofensiva do grosso do exército, para provocar e enervar o adversário, está atestada nas fontes que falam sobre as táticas de guerra dos celtas, prática que se pode conjecturar estar mais próxima da matriz indo-européia.⁶⁶ Se bem que não esteja exatamente nesta situação, a importância do combate singular também se joga aqui. Assim sendo, a ordem do capitão para Rodrigo Afonso deveria ser cumprida de maneira a servir de exemplo. Zurara (re)construiu o cenário e apresentou os sujeitos do fato que desenvolveria nas seguintes palavras

...E // [67v] assy Rodrigo Affonso foy fora assy aderençou rijamente ao mouro com o qual ouue sua pelleia. ca o mouro assy como tomara antre os outros aquelle atreuymento assy quis mostrar que o nom fezera sem myngua de coração. E assy com animo forte se combateo com seu contrayro. Rodrigo Affonso doutra parte nembrado da fim pera que ally fora enuyado trabalhou

⁶³ ROSA, Maria de Lurdes. “Por detrás de Santiago e além das feridas bélicas. Mitologias perdidas da função guerreira”. In.: VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. *A guerra e a sociedade na Idade Média*. 6 a 8 de Novembro de 2008. Volume II. Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha, 2009, p. 383-384.

⁶⁴ KAEUPER, Richard W. *Chivalry and Violence in Medieval Europe*. New York: Oxford University Press Inc., 1999, p. 130.

⁶⁵ MARTINS, Miguel Gomes. *Op. cit.*, 2007, p. 764-775.

⁶⁶ DUMÉZIL, Georges. *Heur et malheur du guerrier. Aspects mythiques de la fonction guerrière chez les Indo-Européens*. Paris: Flammarion, 1999, p. 58-67 e 71; GRISWARD, Joël H. *Archéologie de l'épopée médiévale. Structures trifonctionnelles et mythes indo-européens dans le Cycle des Narbonnais*. Paris: Payot, 1981, caps. V e VI.



MALLORQUÍ-RUSCALLEDA, Enric (coord.). *Mirabilia 15 (2012/2)*
As Emoções no Mediterrâneo Antigo e do início da era moderna
Las emociones en el Mediterráneo antiguo y en el inicio de la era moderna
Emotions in Pre- & Early Modern Mediterranean

Jun-Dez 2012/ISSN 1676-5818

tanto que fez ao mouro conhecer a melhorya que auya sobre elle E com muytas feridas mandou a ssua alma ao outro mundo assy como por messegeyra das muytas que em breue auyam de fazer aquella uyagem. e o corpo ficou ally tendido sem cabeça por que Rodrigo Affonso. Ou auisado per seu yrmãao ou por contentar a ssy meesmo a leuou cortada pellos cabellos na mão.⁶⁷

Talvez essa seja uma alegoria construída pelo cronista para representar o próprio cerco de Alcácer Ceguer, bem como a vitória portuguesa e cristã sobre a força muçulmana no norte da África. Talvez realmente tenha havido tal combate singular. De qualquer maneira, a representação desse combate serviu muito bem ao discurso panegírico de Zurara. Como se nota na narrativa, a luta foi encarniçada, estando ambos empenhados em vencer o adversário e, como consequência, dar um “golpe” duro na moral das forças inimigas. Cada personagem de Zurara representava, com a sua vida e espada, uma crença, uma cultura e um senhor e rei. Era um combate onde não haveria misericórdia para o derrotado, contrariando os valores religiosos de ambos os lados, mas honrando os seus valores guerreiros.

Neste sentido, Jean Flori e Richard Kaeuper escreveram sobre a dicotomia e conflito entre os valores cristãos e guerreiros que influenciavam a ação dos cavaleiros, que, por sua vez, também procuravam uma melhor forma de compreender, aceitar e incorporar dois ideais conflitantes em muitos aspectos. Deve-se levar em conta que os próprios cavaleiros adotavam algumas idéias, rejeitavam outras e tinham ideais ancestrais que permeavam a prática guerreira, construindo a sua maneira um “manual de conduta” onde eram misturados o direito ao (ab)uso da violência, a honra, o status e a piedade religiosa,⁶⁸ conformando uma ideologia com valores próprios e uma ética “muito mais profana e mundana”.⁶⁹

A percepção desta relação paradoxal entre as ações guerreiras e a piedade cristã, deve ter levado alguns cavaleiros e os cronistas que exaltavam suas ações a buscarem uma solução para este “fosso”, selecionando e incorporando somente algumas idéias religiosas as suas próprias.⁷⁰ Com isso,

⁶⁷ GOMES EANES DE ZURARA. *Op. cit.*, 1978, p. 137.

⁶⁸ KAEUPER, Richard W. *Op. cit.*, 1999, p. 4 e 9.

⁶⁹ FLORI, Jean. *Op. cit.*, 2005, p. 138.

⁷⁰ FLORI, Jean. *Op. cit.*, 2005, p. 92; KAEUPER, Richard W. *Holy Warriors: the Religious Ideology of Chivalry*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009, p. 32, 35 e 36,



um dos aspectos destacados pelos escribas é o fato da cavalaria se desenvolver num ambiente ascético que enfatizava o sofrimento corporal como uma importante fonte de mérito social e espiritual,⁷¹ levando os cavaleiros e aqueles que narravam seus “feitos” a exaltarem a vida na guerra e as marcas adquiridas em batalha.

Deve sublinhar-se que a honra, a coragem, a proeza e a reputação sempre foram aspectos exaltados no mundo militar – e, também, nesta crônica – ganhando maior destaque e visibilidade com a evolução da cavalaria a modo de vida com ideologia própria que influenciaria a nobreza medieval. Desta forma, esta tensão entre os ideais dos diferentes poderes – o governo leigo e a Igreja – era constante,⁷² pois a *caritas* cristã era confrontada com a concepção guerreira de honra, habilidade com armas e triunfo sobre o inimigo que, normalmente, resultava em violência extremada.⁷³

Nota-se isto após a derrota e morte do mouro pela espada de Rodrigo Afonso – destino que o narrador sabe que seria de muitos daqueles que cercavam Alcácer – quando este cristão, não satisfeito com a morte do inimigo, decepou a cabeça daquele que ficou em campo, levando-a consigo como prêmio e para danação daqueles mouros que presenciaram o ato de afronta.⁷⁴ Este combate narrado pelo cronista expôs a substância e crueza da luta contra o inimigo da Cristandade e de Portugal, consubstanciado na figura do muçulmano. Não há testemunhos de que Rodrigo Afonso tenha sido recompensado de imediato, nomeadamente com a investidura cavaleiresca, mas durante o resto da crônica ele ainda se destaca em outros momentos bélicos, sendo, talvez, a memória de suas ações e a possibilidade de futuras mercês para sua família a recompensa recebida.

Chapter 4 – Independence Knightly Piety, p. 66-93, e Chapter 5 – Knightly Ideology Developed and Disseminated, p. 94-115.

⁷¹ KAEUPER, Richard W. *Op. cit.*, 2009, Chapter 3 – The Religious Context for Chivalric Ideology, pp. 52-65; ROSA, Maria de Lurdes. *Op. cit.*, 2009, p. 383-384.

⁷² ROSA, Maria de Lurdes. *Op. cit.*, 2009, p. 384.

⁷³ KAEUPER, Richard W. *Op. cit.*, 2009, p. 6-7.

⁷⁴ “Everywhere, terror and atrocity are present as a manifestation of the military imperative” (Tradução livre: “Em todo lugar, terror e atrocidades estavam presentes como a manifestação do imperativo militar.”). MCGLYNN, Sean. *By Sword and Fire: Cruelty and Atrocity in Medieval Warfare*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2008, p. 252.



III.2. A ousadia do rei-cavaleiro contra a prudência do capitão-fronteiro

Vejamos agora como é tratado um tema semelhante nos capítulos 153, 154 e 155 (CLiij, CLiiij e Clv). O que está em jogo é uma ação de cavalaria desordenada em contradição com a prudência militar defendida pelo capitão de Alcácer Ceguer, com a particularidade de a ação ousada ser protagonizada pelo próprio rei.

Do princípio ao fim da crônica são narrados fatos que refletem a dicotomia entre cristãos e mulçumanos, nos quais D. Duarte se destaca ao lado de alguns fidalgos portugueses. Nesta obra, o capitão de Alcácer Ceguer, cristão, nobre e cavaleiro, era o espelho para a nobreza portuguesa, representando o vassalo leal, prudente, corajoso e honrado que lutou ao lado do rei e abdicou de sua própria vida para salvar a do seu senhor. No momento prévio da narração da trágica morte daquele conde pelo ferro do “infiel”, no capítulo 153,⁷⁵ Gomes Eanes de Zurara narra a ida de D. Duarte para Ceuta, acompanhado apenas por quatro servidores, tendo como intenção tratar com o rei D. Afonso V sobre seus “feitos” e intenções.

Lá encontrou o rei, que desejoso de realizar cavalgadas contra as populações inimigas, determinou uma entrada na Serra de Benacofu após quatro mouros lhe falarem sobre as aldeias da região. Como um dos principais capitães portugueses a servir D. Afonso V no norte da África, D. Duarte é convocado a juntar-se ao rei em sua “aventura”. Mesmo contrariado, por conhecer os perigos da região e seu povo belicoso, como o vassalo obediente descrito pelo cronista, ele

...nom refusou nada. quanto mais que elle tijnha sabido muitos annos auya que nom auya de morrer senom sob capitanya alhea. ca onde elle fosse capitam principal sempre auerya bem aenturados aqueecimentos. e per aquelle meesmo lugar per que auya de seer ferido. assy lhe // [215r] era dicto e como nom auya de teer ally nehuum dos seus a qual cousa lhe fora dicta per huum monge da çarzedda que se chamaua Frey luis homem doutra terra que muytas cousas taes que segundo as particularidades que dezia parecy a os entendidos que auya spirito profetico ou de boa parte ou de maa.⁷⁶

⁷⁵ GOMES EANES DE ZURARA. *Op. cit.*, 1978, p. 349-350.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 350.



Destaca-se na narrativa do cronista o fato de D. Duarte se considerar sob o efeito de uma profecia que vaticinava a sua morte caso combatesse sob comando de outrem. Pelo que nos conta a crônica, esta profecia foi feita por um monge, figura que na época medieval reunia as características da autoridade sacra e da sabedoria reservada a alguns homens “iluminados”. Portanto, um capítulo antes do derradeiro fim de alguns fidalgos portugueses pelas armas dos mouros, Zurara utiliza estratégias narrativas como a anunciação da tragédia que recairia sobre a empreitada régia através da apresentação da “profecia” a respeito do destino incontornável do conde D. Duarte de Meneses. Ironicamente, o prudente conde D. Duarte acabou perecendo sob o comando do rei, aquele que, segundo os espelhos de príncipes, deveria ser o exemplo de nobreza, cavalaria, prudência e justiça, mas que nesta ação narrada por Zurara representa a cavalaria desordenada e destemida em busca de glória e renome.

Assim, nas palavras de Zurara escritas no capítulo 154,⁷⁷ o próprio rei D. Afonso V buscava realizar grandes “feitos” por sua própria honra, reino e pela Cristandade. O objetivo daquele rei era enfrentar os “[...] muytos mouros e ferozes em armas [...]”.⁷⁸ Todavia, não era somente o rei buscava esta glória cavaleiresca, sendo acompanhado pelos seguintes fidalgos que seriam os capitães da cavalgada: o duque de Bragança e seus filhos, o conde de Guimarães e D. Afonso; D. Afonso de Vasconcelos, conde de Vila Real; o conde de Monsanto; o conde de Viana, D. Duarte de Meneses, e seu filho D. Henrique; “[...] E assy outros muytos fidalgos e nobres homeens.”⁷⁹

Zurara apresenta a geografia local, sendo uma área de Serra frondosa, “[...] onde som grandes matos e branhas [...]”,⁸⁰ o que dificultou o acesso dos portugueses no ataque às vilas inimigas, como também facilitou a fuga dos locais e as armadilhas que puderam fazer contra os portugueses. O cronista também afirma que naquela região havia uma grande povoação, sendo gente muito audaz, belicosa e que dificilmente se sujeitava ao senhorio alheio.⁸¹ Isso já diz muito sobre as possíveis conseqüências de um ataque àquele território.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 350-355.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 350.

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ *Ibid.*, p. 351.

⁸¹ *Idem.*



No início da empreitada a vantagem foi portuguesa, que, mesmo separados em grupos menores liderados pelos capitães já nomeados, venceram algumas escaramuças contra a população desavisada de seu ataque.⁸² A certa altura o rei D. Afonso V agiu com prudência, negando o pedido de um fidalgo para que se enviassem peões para dentro da mata com o intuito de expulsar os mouros lá escondidos. O rei ponderou que os peões, besteiros e espingardeiros já estariam cansados e a mata era um lugar onde correriam muitos riscos e, em seguida, mandou-os para Teutuão, onde repousariam.⁸³ Se num primeiro momento o rei foi prudente, em seguida, ao enviar o suporte militar ofensivo/defensivo embora mesmo estando num ambiente hostil e em minoria, ele foi imprudente, o que acabou por deflagrar uma seqüência de danos que recaíram sobre os capitães da empreitada e todos os que com eles permaneceram no embate contra os mouros.

A partir de então o cronista deixa de anunciar o advir da tragédia e passa a narrá-la. Com a redução do número de portugueses prontos para o combate, os mouros que haviam se escondido nas matas começaram a sair e atacar as fileiras do conde de Vila Real. Chegando a notícia ao rei, este ataca os mouros que estavam sobre seu servidor, mas os inimigos aumentavam em número, o que somado a falta de apoio dos peões, besteiros e espingardeiros, acabou por complicar ainda mais a situação dos portugueses que estavam sendo desbaratados,⁸⁴ como se nota no fragmento abaixo:

E por que o perigoo cada uez era mayor hyasse a gente quanto mais podya. tanto que o conde dom Duarte braadaua muy rija / mente que ouuessem uergonha e nom desemparassem seu Rey e seu stendarte. mas aquello nom prestaua nada. E veendosse elRey em trabalho com os mouros foy conselhado que mandasse chamar o conde de uyana [D. Duarte]. o qual dizem que disse a diego da salueyra com que hya fallando se as minhas profecyas som uerdadeyras agora he a minha derradeyra hora. Conde disse elRey ficaae com estes mouros por que lhe conhecees as manhas e acaudellaae esta gente. Eu nom quisera dizem que disse elle que em tal tempo me derees tal cuydado. principalmente por que nom tenho aquy nehuum dos meus. Ca pois estes que som presentes nom fazem uosso mandado menos faram o meu. pero pois que o uos assy auees por uosso seruiço ey por muyto bem empregado mym meesmo em qual quer // [218r] cousa que me acontecer. E entom aballou

⁸² *Ibid.*, p. 351-352.

⁸³ *Ibid.*, p. 352.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 353.



elRey e o conde nom foy enganado em seu dito. por que caasy todos partyram.⁸⁵

Além da defesa ao rei D. Afonso V, D. Duarte compreendia a importância do estandarte régio para manter a coesão e a moral dos que estavam lutando. Neste trecho ainda aparece novamente a profecia, desta vez sendo evocada por Zurara nas palavras do próprio D. Duarte de Meneses, que tinha ciência de seu fatídico destino. Por ser um dos homens mais experimentados em cavalgadas e combates contra os berberes daquela região, D. Duarte foi escolhido pelo rei para cobrir a sua retirada, o que ele fez sem exitar, mesmo tendo ciência que quase todos debandariam assim que o rei partisse, pois sabia que era comum a debandada desorganizada quando em situações de risco e, pior, não tinha consigo nenhum de seus experientes e leais servidores.

Na crônica, o componente profético que outrora indicava a tragédia, tornava-se, então, um fato. Ao tentar proteger a retirada do rei e de seu estandarte, D. Duarte é ferido e seu cavalo morto, levando-o a lutar como peão. O conde de Monsanto e um escudeiro tentam auxiliá-lo, sendo que o último “[...] por lhe dar seu caualllo morreo ally como boo.”⁸⁶ No entanto, o cavalo entregue a D. Duarte derruba-o e o conde bate a cabeça. Ainda consciente, pede àqueles que tentavam ajudá-lo para irem embora, salvando-os. Na exposição de Zurara, seu destino trágico, porém, heróico, já estava traçado. Esse é o termo da vida do conde D. Duarte de Meneses,⁸⁷ narrado de forma grandiloquente pelo cronista que exalta seu valor como guerreiro e sua última ação em defesa do próprio rei de Portugal, supostamente sabendo desde o início que aquele seria seu último ato.

Na seqüência da narrativa, no capítulo 155,⁸⁸ Zurara ainda apresenta a faceta de guerreiro destemido e – dentro do contexto daquele enfrentamento – imprudente representada pelo rei D. Afonso V. Este, mesmo após as perdas já narradas, só recuou definitivamente por requerimento e insistência dos que ainda o acompanhavam, sendo retirado do campo de combate à força. Segundo o cronista o rei não pretendia recuar, mas, ao contrário, lutar até a morte contra o muçulmano, sendo este considerado um destino e morte

⁸⁵ *Ibid.*, p. 354.

⁸⁶ *Idem.*

⁸⁷ *Ibid.*, p. 355.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 355-357.



honrada para um rei/cavaleiro/cruzado português. Ao longo da retirada mais alguns portugueses foram mortos e, posteriormente, lembrados pelo cronista que os nomeou e destacou a “morte honrada” em defesa do rei na luta contra o mouro.⁸⁹ O caráter belicoso e “cruzadístico” de D. Afonso V aparece com destaque no seguinte momento:

Assy chegou elRey ao pee daquelle monte muy seguydo dos mouros. onde quisera fazer a uolta a pelleiar com elles senom foram Ruy de meelloo que era almyrante e Joham Freyre que lhe pedyram por mercee que se tyrasse dally E elle menos preçando seus requerimentos uoltou contra os mouros que eram // [219r] cada uez mais. Oo Senhor disseram elles por mercee tyraaeuos daquy de tam magnifesto perigoo nom queyraaes seer aazo de se perder a erdade que uossos auoos com tanto trabalho guaanharom E elle aficado de seus requerimentos. Ficou o conto da lança no chaão e encostandosse a Ella disse callaeuos ca se me conhecessees nom fallaryees assy. Jsto nom he cousa de que me eu aja despantar. mas sofrer e sperar aquy morte polla ffe de nosso Senhor Jesu christo quem quiser podesse yr que eu aquy quero morrer em seruiço de deos e exalçamento de sua santa ffe. E os outros quando ouuyram aquellas palauras disseram antre ssy. este homem de preposito sta de morrer aquy. Seia de nos o que deos e o que elle quiser. mas nos todauya tyremollo daquy. E entom se enuyarom aas cambas do cauallo cada huum per sua parte. e caasy per força o arrancarom dizendo Senhor assy nos podees / matar mas per nehuum modo uos nom morreres aquy. por mercee soJugaeuos aa rrezom pois uos deos deu tal e tam boo entender. E assy o lleuarom ataa que lhe meterom os pees do cauallo na ribeyra e passou aallem.⁹⁰

Um fator recorrente nesta e em outras crônicas medievais, como se pode ver acima, é a ação da “cavalaria desordenada” – reminiscência cultural ancestral – e da “cavalaria ordenada” – proveniente da tentativa de controle da força física através da moralização dos guerreiros e cristianização da guerra.⁹¹ Na obra de Zurara notam-se esses aspectos, marcados, também, pelo paradoxo que definia a própria cavalaria. Afinal, a moralização dos guerreiros e a cristianização da guerra nunca foram plenas no Medievo. Os próprios reis, dentre os quais D. Afonso V, são exemplos disso. Idealizava-se a figura do rei, do capitão e do cavaleiro, mas na guerra e em qualquer embate com armas, a prática e a realidade eram muito mais cruas do que o ideal. De qualquer modo, numa sociedade onde o exercício da força física era exaltado e a violência era constante, a cavalaria havia de se destacar.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 355.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 355-356.

⁹¹ ROSA, Maria de Lurdes. *Op. cit.*, 2009, pp. 384-385 e 394.



De acordo com a imagem do “novo cruzado” representado por Zurara, a intenção do rei era combater o inimigo da Cristandade com vigor e coragem e, neste ímpeto, acabava sobrepondo a honra e a glória advinda da luta contra o muçulmano ao valor da prudência, outrora tão exaltado por seu pai, o rei D. Duarte. A meu ver, na construção de Zurara, o prudente, corajoso e honrado D. Duarte de Meneses tem seu papel como vassalo e servidor fiel do rei e seus desígnios, enquanto o rei D. Afonso V toma para si a função que na *Crônica da Tomada de Ceuta* foi de seu tio D. Henrique, o líder e principal cavaleiro da “nova Cruzada” portuguesa.⁹²

Considerações finais

No conjunto dos episódios narrados, o que se destaca é um modelo do verdadeiro herói guerreiro, D. Duarte, transformado em figura exemplar de capitão das praças norte-africanas, cargo sem dúvida difícil de desempenhar, em permanente gestão de violências e imprudências, próprias do modelo nobre de realização da guerra, face aos deveres militares do capitão da praça. Na crônica em questão, nota-se que ele incentiva moderadamente a temeridade, pois ela pode trazer benefícios aos cavaleiros menos afortunados; tenta inculcar comportamentos de prudência militar e refreia os excessos da guerra ofensiva; mas não recusa a ordem do rei nem é covarde na batalha, defendendo o seu senhor até a morte. Zurara exalta D. Duarte sem esconder que foi a temeridade régia que o conduziu ao desastre, no que pode ter sido uma mensagem para o relacionamento da nobreza norte-africana com um poder régio demasiadamente interventivo. Com a memória da vida e dos feitos do capitão de Alcácer Ceguer preservada, delinea-se, acima de tudo, um perfil de nobreza desejado pelo rei português.

Como já referido acima, Gomes Eanes de Zurara escreveu a pedido de um rei que buscava reforçar seu poder através da pena e da espada, legitimando sua “política” expansionista. Neste contexto, a idéia da cavalaria cristã estava presente e era grande a importância de suas virtudes e valores para a nobreza, além de influenciar as decisões e dar contornos às próprias políticas régias. Segundo Duby, “a cultura da aristocracia feudal se ordena em torno de duas noções básicas: a noção de nobreza, que se difundiu a partir do nível superior

⁹² BERTOLI, André Luiz. *O Cronista e o Cruzado: a revivescência do ideal da cavalaria no outono da Idade Média Portuguesa (séc. XV)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.



MALLORQUÍ-RUSCALLEDA, Enric (coord.). *Mirabilia 15 (2012/2)*
As Emoções no Mediterrâneo Antigo e do início da era moderna
Las emociones en el Mediterráneo antiguo y en el inicio de la era moderna
Emotions in Pre- & Early Modern Mediterranean

Jun-Dez 2012/ISSN 1676-5818

para a pequena elite dos nobilites do ano mil, e, por outro lado, a noção de cavalaria que, por sua vez, emana incontestavelmente das camadas menos elevadas da aristocracia”, mas que influenciou toda a sociedade nobiliárquica.⁹³ Como cronista régio que destacou a nobreza que circundava o rei, Zurara intensificou o papel dos nobres e da cavalaria em seus relatos, realçando o “perfil ideal” da nobreza cristã em oposição ao mouro.⁹⁴

Esta antítese Cristão/Muçulmano é a temática principal da *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*,⁹⁵ o pano de fundo sobre o qual o cronista (re)construiu modelos de ação bélica português frente ao inimigo. De tal modo, tenho que concordar com Luís Krus, Larry King, Renata Nascimento, Sylnier Cardoso e tantos outros, ao afirmar que Zurara procurou definir um ideal de cavalaria adaptado às necessidades da expansão portuguesa no norte da África durante o século XV, que, por sua vez, serviria de modelo à nobreza.

Fontes

D. DUARTE. *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
GOMES EANES DE ZURARA. *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição Diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 1978.

Bibliografia

ALLMAND, Christopher. “War and the non-combatant in the middle ages”. In.: KEEN, Maurice H. (Ed.). *Medieval Warfare – a History*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 253-272.
BERTOLI, André Luiz. *O Cronista e o Cruzado: a revivescência do ideal da cavalaria no outono da Idade Média Portuguesa (séc. XV)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.
BROCARD, Maria Teresa. “Introdução”. In.: GOMES EANES DE ZURARA. *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997, p. 9-20.

⁹³ DUBY, Georges. *A sociedade feudal*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 150.

⁹⁴ NASCIMENTO, Renata Cristina S.; CARDOSO, Sylnier Moraes. “História e Literatura: A Crônica do Conde D. Duarte de Meneses (Século XV)”. In.: *Anais XXIII Congresso de Educação do Sudoeste Goiano*. Educação e Meio Ambiente, Cerrado – Patrimônio em Extinção. UFG, Campus Jataí, 2007, p. 4.

⁹⁵ KING, Larry. *Op. cit.*, 1978, p. 34-35.



MALLORQUÍ-RUSCALLEDA, Enric (coord.). *Mirabilia 15 (2012/2)*
As Emoções no Mediterrâneo Antigo e do início da era moderna
Las emociones en el Mediterráneo antiguo y en el inicio de la era moderna
Emotions in Pre- & Early Modern Mediterranean

Jun-Dez 2012/ISSN 1676-5818

- COELHO, António Borges. “Capítulo 4 – Os argonautas portugueses e o seu Velo de Ouro”. In.: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2ª Ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 57-76.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. “D. Afonso V e o Atlântico, a base do projecto expansionista de D. João II”. In.: *Mare Liberum*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Número 17, Junho de 1999, p. 39-71.
- DUBY, Georges. *A sociedade feudal*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- DUMÉZIL, Georges. *Heur et malheur du guerrier. Aspects mythiques de la fonction guerrière chez les Indo-Européens*. Paris: Flammarion, 1999.
- FARINHA, António Dias. *Os portugueses em Marrocos*. Coleção Lazúli. Instituto Camões, 1999.
- FERNANDES, Adriano. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses de Gomes Eanes de Zurara [texto policopiado]: Estudo histórico cultural e edição semidiplomática*. Tese de Doutoramento apresentado à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.
- FERNANDES, Fátima R. “A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa”. In.: *Revista de estudos Ibero Americanos*. Ed. Especial Brasil 500 anos. Porto Alegre: PUC/RS, 2000, p. 107-124.
- FLORI, Jean. *A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras, 2005.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1901). *Crítica e História. Estudos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- GOMES, R. Costa. “Zurara, Gomes Eanes de”. In.: LANCIANI, Giulia (coord. e org.) & TAVANI, Giuseppe (coord. e org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, p. 687-690.
- GRISWARD, Joël H. *Archéologie de l'épopée médiévale. Structures trifonctionnelles et mythes indo-européens dans le Cycle des Narbonnais*. Paris: Payot, 1981.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei – “Decifra-me e te devoro”*. Tese de doutoramento apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. “A ensinança de evitar o Pecado na prosa de D. João I e D. Duarte”. In.: *Revista de História da UPI*. Vol. 1. Brasília: União Pioneira de Integração Social, 2005, p. 25-41.
- KAEUPER, Richard W. *Chivalry and Violence in Medieval Europe*. New York: Oxford University Press Inc., 1999.
- KAEUPER, Richard W. *Holy Warriors: the Religious Ideology of Chivalry*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009.
- KING, Larry. “Introdução. Gomes Eanes de Zurara e a sua Crónica do Conde Dom Duarte de Meneses”. In.: GOMES EANES DE ZURARA. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição Diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 1978, p. 21-40.



MALLORQUÍ-RUSCALLEDA, Enric (coord.). *Mirabilia 15 (2012/2)*
As Emoções no Mediterrâneo Antigo e do início da era moderna
Las emociones en el Mediterráneo antiguo y en el inicio de la era moderna
Emotions in Pre- & Early Modern Mediterranean

Jun-Dez 2012/ISSN 1676-5818

- KRUS, Luís. “Crónica”. In.: In.: LANCIANI, Giulia (coord. e org.) & TAVANI, Giuseppe (coord. e org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, p. 173-175.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio de Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Palas Editores Ltda, 1998.
- MARTINS, Miguel Gomes. *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor João Gouveia Monteiro. Coimbra, 2007.
- MATTOSO, José. *Fragmentos de uma composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MCGLYNN, Sean. *By Sword and Fire: Cruelty and Atrocity in Medieval Warfare*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2008.
- MONTEIRO, João Gouveia. *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Notícias Editorial, 1998.
- MORENO, Humberto Baquero. “Balanço de um século no Portugal anterior ao encontro do Brasil”. In.: *Arquipélago - História*. 2 série, V, 2001, p. 545-560.
- NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. *Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)*. Tese de doutoramento apresentada junto ao Programa de Doutorado em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.
- NASCIMENTO, Renata Cristina S.; CARDOSO, Sylmier Moraes. “História e Literatura: A Crônica do Conde D. Duarte de Meneses (Século XV)”. In.: *Anais XXIII Congresso de Educação do Sudoeste Goiano*. Educação e Meio Ambiente, Cerrado – Patrimônio em Extinção. UFG, Campus Jataí, 2007, p. 1-8.
- O’CALLAGHAN, Joseph F. *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.
- OLIVAL, Fernanda. “The Military Orders and the Nobility in Portugal, 1500-1800”. In.: *Mediterranean Studies*, XI, 2002, p. 71-88.
- ORTA, Daniel Augusto Arpelau. *Escrita, poder e glória: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionista no noroeste africano (c. 1385-1464)*. Monografia apresentada junto ao Curso de História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.
- PIMENTEL, Maria do Rosário. “A expansão ultramarina e a lógica da guerra justa”. In.: MENESES, Avelino de Freitas de (coord.) & COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.). *O reino, as ilhas e o mar-oceano*. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos. Porto Delgado/Lisboa: Universidade dos Açores/CHAM, 2007, p. 299-317.
- QUEIRÓS, Silvío de Galvão. “Pera Espelho de Todollos Uiuos” – *A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta*. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.
- ROSA, Maria de Lurdes. “Por detrás de Santiago e além das feridas bélicas. Mitologias perdidas da função guerreira”. In.: VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. *A guerra e a sociedade na Idade Média*. 6 a 8 de Novembro de 2008. Volume II.



MALLORQUÍ-RUSCALLEDA, Enric (coord.). *Mirabilia 15 (2012/2)*
As Emoções no Mediterrâneo Antigo e do início da era moderna
Las emociones en el Mediterráneo antiguo y en el inicio de la era moderna
Emotions in Pre- & Early Modern Mediterranean

Jun-Dez 2012/ISSN 1676-5818

Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha, 2009, p. 383-404.

SERRÃO, Joaquim V. *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*. 1ª Ed. Lisboa: ICP/CEIC/MEIC, 1977.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 1994.

VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Bauru: EDUSC, 1999.